

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.355 - SP (2019/0355666-8)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : ISAAC MINICHILLO DE ARAÚJO E OUTRO
ADVOGADOS : ISRAEL MINICHILLO DE ARAÚJO - SP092712
ISAAC MINICHILLO DE ARAUJO - SP094357
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DAFNES BRAGA DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de DAFNES BRAGA DE SOUZA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. (HC n. 2165800-85.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso temporariamente, sendo a custódia convertida em prisão preventiva, pela suposta prática do crime de homicídio qualificado. Inconformada com o decreto construtivo, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem. A ordem, contudo, foi denegada, tendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 32):

Habeas Corpus. Homicídio triplamente qualificado.

Alegações de ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar, legítima defesa putativa e riscos no cárcere. Pleito objetivando a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a sua substituição por medidas cautelares diversas. Inviável a apreciação da alegação de legítima defesa putativa na estreita via do habeas corpus. Ilações abstratas de riscos no cárcere não possuem o condão de afastar a custódia cautelar, tendo sido determinada na origem a expedição de ofício ao MM. Juiz Corregedor Permanente dos Presídios. Paciente que pegou a arma de fogo de sua namorada, guarda civil, e efetuou disparos em direção à vítima, que corria de costas, levando-a a óbito. Grande repercussão na sociedade. Gravidade concreta do delito e exacerbada reprovabilidade social do paciente. Manutenção da prisão preventiva para garantia da ordem pública. Ordem denegada.

A defesa alega, em síntese, haver carência de fundamentação na

Superior Tribunal de Justiça

prisão preventiva do recorrente por ter o magistrado de primeira instância decretado a medida cautelar extrema com base na gravidade abstrata do delito, distanciando-se das circunstâncias fáticas. Aduz, ainda, estarem ausentes, *in casu*, os requisitos autorizadores da prisão preventiva, previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal. Nesse sentido, argumenta que *foi decretada a prisão do ora Paciente sob o fundamento de que o crime narrado na denúncia é considerado hediondo, de extrema gravidade de sorte que a custódia é imprescindível para resguardo da ordem pública e pelo fato de que o Paciente conhece a família de uma testemunha, presumindo que há risco de eventual coação no curso do processo* (e-STJ fl. 11).

Ressalta ser o paciente primário, com bons antecedentes, pai de 3 filhos, além de possuir residência fixa e ocupação lícita.

Aponta que a descrição dos fatos contida na denúncia, não corresponde à verdade real, pois foi elaborada com *base em pessoas envolvidas diretamente na injusta agressão praticada contra a Guarda Civil Metropolitana Fernanda* (e-STJ fl. 19).

Sustenta que diante da apresentação espontânea do paciente para o início do cumprimento da prisão temporária, não subsiste elementos aptos a ensejar a manutenção da prisão preventiva.

Por fim, sublinha que, diante das particularidades do caso, mostra-se adequada a substituição da prisão preventiva pelas medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Diante disso, pugna, liminarmente e no mérito, pela concessão da ordem e pela expedição do respectivo alvará de soltura.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na

Superior Tribunal de Justiça

impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Nota-se que o crime supostamente praticado pelo paciente tem pena máxima cominada em abstrato superior a 4 anos, perfazendo, assim, o requisito previsto no artigo 313, I, do CPP.

Em relação à existência dos requisitos previstos no artigo 312, do mesmo Código de ritos, tal questão, ao que parece, foi devidamente fundamentada, não se verificando, ao menos em análise preliminar, a existência de ilegalidade evidente, a qual ensejaria a concessão da liminar.

Nesse sentido, o acórdão atacado (e-STJ fl. 40/41):

(...)

Com relação à apresentação espontânea do paciente à autoridade policial, ainda que o fato conte favoravelmente ao paciente, não é capaz de, por si só, infirmar a necessidade da prisão preventiva. Fosse de outro modo, bastaria a mera apresentação espontânea de um procurado para que este se furtasse à custódia cautelar, mesmo subsistindo razões para tal.

Conforme menciona a defesa do paciente na origem, o caso em tela gerou grande repercussão social, tendo ele, inclusive, concedido entrevistas a programas televisivos.

Nesse sentido, insta salientar que o clamor público não é fator determinante para a decretação da prisão preventiva, porém, também não pode ser desprezado como se não existisse. Certo é que há crimes que ganham destaque e geram abalo emocional, podendo afetar a credibilidade da Justiça e do sistema penal, consubstanciando risco à ordem pública. Contudo, para ensejar a custódia cautelar, tal risco precisa estar associado a outros fatores.

Com efeito, diante do quadro evidenciado nos autos, verifica-se pertinente a manutenção da custódia cautelar com vistas à garantia da ordem pública, sendo incabível a sua substituição por medidas cautelares diversas, sobretudo em razão do modus operandi supostamente adotado pelo paciente, consistente em ter pegado a arma de fogo de sua namorada e atirado em

Superior Tribunal de Justiça

direção à vítima enquanto ela corria dele, o que revela a gravidade concreta do delito e a exacerbada reprovabilidade social do paciente.

(...)

Quanto à veracidade da narrativa dos fatos, registro ser inviável a análise, no âmbito restrito do *habeas corpus*, de teses que, por sua própria natureza, demandam dilação probatória. As provas dos autos devem ser apreciadas durante a instrução criminal, sob o crivo do contraditório, não sendo esta a via adequada para a sua revisão

Sendo assim, a princípio faz-se necessária a medida extrema para garantia da ordem pública, sendo insuficiente, ao que parece, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Desse modo, não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos, para se aferir a sustentada desnecessidade da prisão cautelar. Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator